

Pessoas com Deficiência e Idosos de Marabá.

Assunto:

Apurar denúncia efetuada ao “Disque 100” registrada sob o nº 112261 referente a exploração sexual de adolescentes.

2.2.4. Processo 000199-150/2014

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Sindicato dos Produtores Rurais de Medicilândia; Secretaria Executiva de Agricultura do Estado do Pará - SAGRI

Origem:

6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar a legalidade na aplicação de recursos públicos

2.2.5. Processo 000065-001/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Câmara Municipal e Pacajá

Origem:

PJ de Pacajá

Assunto:

Apurar denúncia de irregularidades na prestação de contas da Câmara Municipal de Pacajá

referente ao exercício financeiro de 2005

2.2.6. Processo 000061-012/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Secretaria de Estado de Administração do Estado do Pará - SEAD

Origem:

3º PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital

Assunto:

Apurar denúncia de irregularidades apontadas no relatório de auditoria nº 030/2007-AGE referente à análise do Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos-SIGIRH, adquirido junto a empresa TECHNE Engenharia e Sistemas Ltda.

2.3. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUZA:

2.3.1. Processo: 000094-001/2015

Requerente:

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Requerido:

Getúlio Batista da Silva

Origem:

PJ de Aurora do Pará

Assunto:

Apurar denúncia de prática de danos ao meio ambiente

2.3.2. Processo: 000112-200/2014

Requerente:

V.N.O.

Requerido:

Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua - SESMA

Origem:

2ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto:

Apurar suposta violação ao direito fundamental à saúde.

2.3.3. Processo: 000037-151/2015

Requerente:

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará - SINTEPP

Requerido:

Governo do Estado do Pará - Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Origem:

5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar supostas irregularidades no âmbito da educação pública do Estado do Pará.

2.3.4. Processo: 000205-151/2014

Requerente:

Ministério Público Federal

Requerido:

Ivete Mendonça da Cunha

Origem:

4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar denúncia de fraude nas eleições do ano de 2012.

2.3.5. Processo: 000023-012/2015

Requerente:

Sílvio Cesar dos Santos Maria; Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Antonio Zubi Pereira de Sousa

Origem:

9ª PJ de Direitos Constitucionais, Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Santarém

Assunto:

Apuração de fatos relacionados a diversos processos que estariam pendentes de vista há mais de 08 anos em poder do ex-coordenador da defensoria Pública no município de Santarém.

2.3.6. Processo: 000219-151/2014

Requerente:

Ministério Público Federal

Requerido:

Rosinete Trindade Maciel

Origem:

6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar denúncia de fraude nas eleições do ano de 2012.

2.3.7. Processo 000075-001/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Prefeitura Municipal de Altamira; Norte Energia S/A

Origem:

5ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira

Assunto:

Apurar eventual ocorrência de danos ao patrimônio público e/ou atos de improbidade administrativa na execução de cooperação institucional, técnico e financeira datados de 10/05/2011 a 15/05/2012 realizados entre a Prefeitura Municipal de Altamira e a Empresa Norte Energia S/A

2.3.8. Processo 000076-001/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Prefeitura Municipal de Altamira; Norte Energia S/A

Origem:

5ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira

Assunto:

Apurar notícias de improbidade administrativa relacionada a possível malversação de recursos oriundos do termo de cooperação nº DS-C0038/2012, firmado entre a Norte Energia S.A., nas ações de incentivo ao fortalecimento à estrutura de atendimento na área de assistência social no município de Vitória do Xingu no valor de R\$ 4.600.404,60

2.3.9. Processo 000077-001/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Prefeitura Municipal de Altamira; Norte Energia S/A

Origem:

5ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira

Assunto:

Apurar notícias de improbidade administrativa relacionada a possível malversação de recursos oriundos do termo de cooperação nº DS-C0142/2011, firmado entre a Norte Energia S.A., para concessão de patrocínio a evento cultural realizado no município de Vitória do Xingu no valor de R\$ 60.000,00

2.3.10. Processo 000015-012/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Prefeitura Municipal de Altamira; Norte Energia S/A

Origem:

5ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira

Assunto:

Apurar notícias de improbidade administrativa relacionada a malversação de recursos oriundos dos termos de cooperação DS-C-0010/2012 e DS-C-0071/2011, firmados com a Norte Energia S/A nas ações de incentivo à atenção básica de saúde e assistência hospitalar no município de Vitória do Xingu, no valor de R\$ 1.200.000,00

2.4. Processos de Relatoria do Conselheiro ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO:

2.4.1. Processo: 000088-012/2015

Requerente:

Sindicato dos Mototaxistas de Ananindeua - Sindmoto

Requerido:

Secretaria Municipal de Transportes de Ananindeua - SEMUTRAN

Origem:

2ª PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto:

Apurar possíveis irregularidades em aplicações de multas e taxas aos Mototaxistas de Ananindeua.

2.4.2. Processo: 000010-151/2014

Requerente:

PJ Militar da Capital

Requerido:

Simone Franceska Pinheiro das Chagas

Origem:

2ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto:

Apurar denúncia irregularidades cometidas pela CAP OOPM Simone Franceska Pinheiro das Chagas, tendo em vista que a mesma não estaria de serviço na madrugada do dia 01/12/2013.

2.4.3. Processo 000401-450/2015

Requerente:

C.A.A.N

Requerido:

J.R.F.A.

Origem:

3ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua.

Assunto:

Apurar situação de risco de adolescente, conforme denúncia efetuada ao “Disque 100” registrada sob o nº 848644.

2.4.4. Processo: 000156-200/2014

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará; Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará - CRM/PA

Requerido:

Hospital de Clínicas de Ananindeua/PA

Origem:

2ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto:

Apurar irregularidades no Hospital de Clínicas de Ananindeua.

2.4.5. Processo: 000090-200/2014

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará; F.A.F.

Requerido:

Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem:

2ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto:

Apurar violação a direito fundamental de pessoa que não estaria conseguindo se submeter a cirurgia para correção de fratura no órbita zigmático.

3. O que ocorrer.

Belém, 27 de outubro de 2015.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior

Protocolo 898718

EXTRATO DA PORTARIA Nº 016/2015/13ª PJMAB

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 000166-920/2015, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

INQUÉRITO CIVIL nº 000166-920/2015

Objeto: Apurar o não fornecimento de transporte pelo Município de Marabá para o deslocamento dos pacientes residentes na Zona Rural do Município, que apresentam insuficiência renal crônica e necessita realizar Terapia Renal Substitutiva (hemodialise) na Clínica de Doenças Renais de Marabá, bem como as condições de segurança e trafegabilidade dos veículos disponibilizados pelo Município para o deslocamento de pacientes residentes na zona urbana.

Marabá, 03 de novembro de 2015.

LÍLIAN VIANA FREIRE, 13ª Promotora de Justiça - Em exercício

Protocolo 898757

EXTRATO DA PORTARIA Nº 067/2015/MP/11ª PJMAB

O 11ª Promotor de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito civil pela PORTARIA Nº 067/2015/MP/11ª PJMAB, registrado sob o número único 000210-911/2015 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP. 68.500-000 - Marabá - Pará - Fone/ Fax: (94) 3312-9900 / 3312-9909.

PORTARIA Nº 067/2015/MP/11ª PJMAB

Investigado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DO BAIRRO LIBERDADE.

Assunto: Investigar repasse de recursos públicos pelo